

DÍALOGO ENTRE A HISTÓRIA E A ANTROPOLOGIA: OS MBAYÁ-GUAICURU

“Compreender os outros é,
certamente, não idealizá-los”¹.

Astor Weber²

1 NETO, Edgar Ferreira. História e etnia. In: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 324

² Professor do curso de História da Unimeo/Ctesop. Coordenador do Curso de História na mesma instituição. Mestre em História pela UFMS. Rua Honduras, 49, Jardim América. Assis Chateaubriand – PR. Fone: 4491263712. E-mail: www.astor@unimeo.com.br.

RESUMO: No período colonial os ibéricos e os índios encontraram-se na Capitania do Mato Grosso e iniciaram o enfrentamento. Um dos grupos indígenas que passaram a ser alvo da política ibérica de colonização foi o dos Mbayá-Guaicuru, no atual Estado do Mato Grosso do Sul. Para analisar a história do confronto e encontro dos Mbayá-Guaicuru e os ibéricos tornou-se imprescindível para o historiador estabelecer um diálogo com o conhecimento antropológico. E a partir dessas reflexões repensar algumas leituras teóricas como, por exemplo, a da visão maniqueísta, a da visão romântica, a da dominação cultural, a da aculturação, a da transfiguração e da inter-relação na história desse encontro. Os índios devem ser compreendidos como sujeitos históricos plenos inseridos em eixos temporais e espaciais próprios.

PALAVRAS-CHAVE: sujeito histórico, índios, colonização.

ABSTRACT: In the colonial period, Iberians and Indians encountered each other in Mato Grosso Province and they started the confront. One of the indigenous group which became the object of Iberian politic of colonization was the Mbayá-Guaicuru, at the present state of Mato Grosso do Sul. It is essential to the historian to establish a dialogue with the anthropological knowledge to analyze the history of the confront and encounter of the Mbayá-Guaicuru and the Iberians. And, from these reflections, to think again some theoretical readings, such as the manicheanism view, the romantic view, the cultural domination, the acculturation, the transfiguration and the interrelation in the history of this encounter. The Indians should be understood as full historical subjects inserted in very temporal and spatial focal points.

KEY WORDS: historical subjects, Indians, colonization.

INTRODUÇÃO

Os índios Guaicuru - mais propriamente os Mbayá-Guaicuru - foram objeto de estudo de vários pesquisadores, porém as perspectivas teóricas desses trabalhos ainda foram influenciados por uma visão romântica (bom selvagem) ou maniqueísta (o índio representante do bem e o europeu do mau) da história. Na minha concepção (que se sustenta em estudos de João Pacheco de Oliveira e John Manuel Monteiro) o índio deve ser considerado

como sujeito do processo histórico³ e não um personagem heróico da história. Portanto, considero o grupo indígena em estudo como agente ativo. Porém, tenho a plena convicção de que, como afirmou Lilia K. M. Schwarcz, *o melhor estudo etnográfico não transforma o leitor em indígena e a mais perspicaz análise histórica não garante um ticket de entrada para um século passado*⁴. Encontrei nos escritos de João Pacheco de Oliveira a concepção teórica e metodológica que me serviu como norteadora na minha pesquisa, sendo:

muito limitado julgar que é tarefa do historiador (ou etno-historiador) encontrar no passado os mesmos corpos fluviais que navegam no presente acompanhando apenas as mudanças superficiais ou de posição relativa. (...) o pesquisador precisa resgatar a plena historicidade dos sujeitos históricos, descrever como eles estão imersos e como se constituem em cada ambiente líquido (as épocas e os ecúmenos)⁵.

A história nos revela que os Mbayá-Guaicuru possuem uma história, mas não pretendo privilegiar e perpetuar o mito heróico e da resistência ímpar do grupo frente à política de conquista e colonização ibérica, apesar de possuir uma “história singular” - situações históricas específicas e distintas de outros grupos indígenas - nos encontros e confrontos com os ibéricos.

Outros grupos indígenas também interagiram com os ibéricos no processo de conquista e colonização de suas terras. O que parece ser consenso e uma afirmativa dos intelectuais de um modo em geral foi a promoção por parte dos ibéricos da desestruturação organizacional sociocultural dos grupos indígenas

3 Assim como o antropólogo João Pacheco de Oliveira, em vez de focalizar o indígena *como relíquias vivas de formas passadas da humanidade, a proposta aqui é de considerá-los como sujeitos históricos plenos. O que significa que devem ser inseridos em eixos espaços-temporais e relacionados a conjuntos específicos de atores, com valores e estratégias sociais bem determinados*. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio de antropologia histórica*. Rio de Janeiro : UFRJ, 1999. p. 8.

4 SCHWARCZ, Lilia K. Moritz., GOMES, Nilma Lino. *Antropologia e História: debates em região de fronteira*. Belo Horizonte : Autêntica, 2000. p. 27

5 OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio de antropologia histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 106

e da prática de um “verdadeiro genocídio” sobre esses grupos. Essa prática, embora tenha adquirido outras roupagens no tempo, não pode deixar de ser evidenciada pelo historiador.

Todavia seja imprescindível perceber o processo de dominação colonial, não se pode também inverter a situação, construindo um tipo de índio idealizado, o que vinha ocorrendo na interpretação de certos intelectuais⁶. No caso dos Mbayá-Guaicuru a construção mitológica é supervalorizada por certos intelectuais.

Ao analisar a influência da política de conquista e colonização ibérica sobre os Mbayá-Guaicuru, não pretendo direcionar o estudo somente para as unidades socioculturais específicas (estudos americanistas) do grupo, pois aboliria *um nível imprescindível de análise, no qual a população indígena é tratada como uma unidade frente ao Estado e à sociedade brasileira*⁷. O estudo apenas dos sistemas nativos e não da situação colonial pode levar a análise a silenciar o processo de dominação colonial impetrada pelos ibéricos, assim como, a desestruturação das suas culturas. Para perceber esse processo de dominação tenho que, como se manifestou o historiador Josep Fontana, *partir do fato concreto, do acontecimento com tudo o que tem de complexo e peculiar, não para isolá-lo como algo único, mas sim para colocar à prova o marco interpretativo e enriquecê-lo ao mesmo tempo*⁸.

6 Oliveira cita alguns intelectuais que construíram um tipo de índio idealizado, como por exemplo, os etnógrafos como Nimuendaju, Wagley, Baldus e Galvão. A representação idealizada adequa-se perfeitamente ao senso comum, de um indivíduo morador da selva, detentor de tecnologias mais rudimentares e de instituições primitivas pouco distanciadas, portanto da natureza. Seguindo-se esta linha de raciocínio, traços culturais (primitividade) determinariam o que é ser um “índio”, quem não se enquadrasse nessa classificação estava fora de receber os benefícios da legislação e a proteção do Estado. In: João Pacheco de. *Ensaio de antropologia histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. p. 115.

7 OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio de antropologia histórica*. Op. cit. p. 125

8 FONTANA, Josep. Reflexões sobre a História, do além do fim da história. In: *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: EDUSC, 1998. p. 277

Não pretendo analisar o mito do grupo em si (lógica dos mitos), quando cito a sua ação guerreira frente à colonização ibérica, pois para fazer a análise dos mitos, teria que me apoiar nos antropólogos Marshall Sahlins (mito-práxis) e Claude Lévi-Strauss (relativismo cultural – estrutura do inconsciente). Seguindo Pierre Vilar, penso que o historiador não deve deixar o mito se tornar mais importante que a análise da realidade. Nesse sentido, Vilar chamou a atenção para que os historiadores não se esqueçam do *aspecto material das coisas em proveito do aspecto psicológico, ou então do símbolo e do mito, palavras extremamente valorizadas ultimamente*⁹. Não se pode esquecer da ação histórica concreta, fator desencadeador de fatos importantes. O mito não pode ser negligenciado, porém certifiquemo-nos de que ele seja inserido numa evolução histórica mais concreta, que deve ser reconstituída. Penso numa possível inversão do mito-práxis de Sahlins para práxis-mito. O mito, conforme o próprio estudo do antropólogo Oliveira, sofre atualização - com a incorporação de novos elementos a sua narrativa - conforme a diferente situação histórica enfrentada pelo grupo (contexto histórico)¹⁰. E, ainda, como observou Maria J. Campos, *o mito (da mesma forma que os símbolos) se presta a manipulações sociais de variados níveis, podendo ser utilizado por quem tiver interesse, mas depois retorna, como um camaleão e como voz de outros pontos-de-vista*¹¹.

Os Mbayá-Guaicuru fazem parte de uma série de grupos que se defrontaram com os ibéricos. Todos os grupos indígenas possuem uma história singular no contato com os ibéricos. Alguns tiveram um contato mais ameno, outros definitivamente não e

9 VILAR, Pierre. História e representação. In: D'ALESSIO, Márcia M. *Reflexões sobre o saber histórico*: Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux. São Paulo: Unesp, 1998. p. 42

10 João Pacheco de Oliveira ao estudar os índios Ticuna na Amazônia percebeu que o mito sofre atualização. Para mais informações consultar sua obra *Ensaio em Antropologia histórica*, citada na bibliografia do trabalho.

11 CAMPOS, Maria José. Silvío Romero: mito e história no pensamento social brasileiro. In: CARVALHO, Edgar de Assis. *As alternativas dos vencidos*: índios Terena no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 145

acabaram sendo dizimados. Mas todos fizeram parte do processo histórico. Características socioculturais singulares, localização geográfica, período do encontro e confronto e outros fatores acabaram influenciando no curso do contato e modificando essas relações. Mesmo que alguns grupos indígenas não conseguiram obter sucesso na sua ação frente aos ibéricos e outros fossem dizimados, não lhes tirou a condição de sujeitos históricos do processo em curso. Houve uma ação, uma resposta, seja de qual natureza for dos grupos indígenas diante desse processo de dominação colonial impetrada pelos ibéricos.

Não pretendo de forma alguma isentar os ibéricos das atrocidades cometidas contra os índios no período da colonização. Nem concordar com a visão manequeísta (anacrônica) e com a visão romântica do índio na história. Pretendo, assim como Oliveira, *fugir de uma idealização do passado e de uma pureza original, da naturalização da situação colonial e ainda de uma etnologia das perdas culturais*¹².

Além da visão manequeísta e romântica, as principais fundamentações teóricas apresentadas para o estudo dos índios foram: da dominação (o índio vítima do europeu), da aculturação (o índio incorporou elementos da cultura européia), da transfiguração étnica (mesmo participando da sociedade branca ele se transfigura e não deixa de ser índio), da integração ou assimilação (o índio incorporar-se-á à sociedade branca) e da inter-relação (houve uma fusão, troca ou mistura de elementos culturais originários entre os índios e os europeus). Mas cada cultura usufruiu e incorporou - conforme a lógica organizacional estrutural sociocultural própria - de elementos da outra cultura, interagindo com essa cultura. Mesmo porque, os Mbayá-Guaicuru não se adaptaram ou se integraram claramente e de modo homogêneo à situação colonial "imposta" pelos ibéricos.

John Manuel Monteiro chama a atenção para uma nova postura acadêmica tomada por antropólogos e historiadores a partir de 1960, na Europa e, 1980, no Brasil, em relação aos povos indígenas, na qual:

12 OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio de antropologia histórica*. Op. cit. p. 115

estudos que oferecem o contraponto das dinâmicas locais e regionais para se repensar tanto as abordagens estruturalistas quanto as teses globalizantes das décadas anteriores. Ao passo que aqueles que subordinavam o pensamento e a ação dos índios às estruturas inconscientes enquanto estas enquadravam as sociedades invadidas como inermes e inocentes vítimas de processos externos, a tendência geral era de minimizar, ou mesmo eliminar, os índios enquanto atores históricos. Em contrapartida, a antropologia histórica buscava qualificar a ação consciente – *agency*, em inglês – dos povos nativos enquanto sujeitos da história, desenvolvendo estratégias políticas e moldando o próprio futuro diante dos desafios e das condições de contato e dominação¹³.

Monteiro alertou também aos historiadores para escaparem dos esquemas deterministas:

Recuperar os múltiplos processos de interação entre essas sociedades e as populações que surgiram a partir da colonização européia, processos esses que vão muito além do contato inicial e dizimação subsequente dos índios, apresenta-se como tarefa essencial para uma historiografia que busca desvencilhar-se de esquemas excessivamente deterministas¹⁴.

Segundo Oliveira a *compreensão das sociedades e culturas indígenas não pode passar sem uma reflexão e recuperação críticas de sua dimensão histórica*, verificada através do processo interativo, no qual, deve-se analisar *o conjunto de relações que cada unidade sociocultural mantém com outras unidades, situadas no mesmo tempo*. Embora o processo de dominação colonial tornou-se visível, cada grupo indígena agiu de uma determinada forma frente a esse processo. Cada sistema nativo diferencia-se um do outro. Para o pesquisador é imprescindível perceber essa diferença. Por isso que o antropólogo Oliveira especifica a importância do

13 MONTEIRO, John M. O desafio da História indígena no Brasil. In: SILVA, A. L. GRUPIONI, LDB (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1o e 2o graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 226-7

14 Idem. p. 228

*processo complexo de construção de sentido por um agente, que opera sempre com um código cultural e uma lógica específica, mas que igualmente registra, especula e traduz para os seus próprios termos a existência de outros agentes e de outras culturas*¹⁵.

A operação de resposta cultural de cada unidade sociocultural foi importante, mas o processo de dominação colonial impetrada pelos ibéricos influenciou de forma decisiva não somente na tomada de ação dessa unidade cultural, assim como, na condução da história dessa unidade sociocultural. Portanto os Mbayá-Guaicuru foram sujeitos históricos singulares que ao entrar em contato com os ibéricos foram sendo espremidos pelo processo de dominação colonial.

A utilização da antropologia como um dos recursos na construção do conhecimento histórico vem de encontro à proposta defendida pelos historiadores ligados aos *Annales*, quanto a interdisciplinariedade. Mas é preciso tomar cuidado para não compartimentabilizar e isolar as ações indígenas e sua cultura da própria história, da interação com outros grupos indígenas, de outras sociedades e do processo histórico mais longo. Para que isso não ocorra o historiador Fernad Braudel abrange a análise e distingue três planos da história:

o tempo breve do indivíduo e do acontecimento; o tempo da conjuntura e das oscilações cíclicas da história econômica e social e, finalmente, a história de longa duração, capaz de incorporar os dois primeiros níveis em estruturas de relações de caráter mais amplo e permanente¹⁶.

Para realizar o estudo sobre os Mbayá-Guaicuru é importante estar atento às situações históricas específicas e distintas que o grupo enfrentou – alianças e conflitos - diferenciando no tempo, no espaço e na situação de relação que estabeleceu com as outras sociedades. Sabendo, porém que analisar a história do

15 OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio de antropologia histórica*. Op. cit. p. 23

16 BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. São Paulo : Martins Fontes, 1976. p. 23

grupo no século XVI é diferente que analisá-la nos séculos XVII e XVIII e assim sucessivamente¹⁷.

No período colonial o grupo foi considerado um verdadeiro perigo para os ibéricos. Mesmo após a independência do Paraguai os Mbayá-Guaicuru, continuaram a atacá-los, diferentemente dos portugueses que conseguiram no final do século XVIII aliar-se ao grupo e no Império estender essa “amizade”. No final do período colonial houve uma transformação da política indigenista portuguesa em relação ao grupo. De índios inimigos passaram a ser tratados como índios aliados.

O Brasil colônia foi influenciado, desde o século XVI, pela política de conquista e colonização portuguesa e, na esteira dessa política, o interesse econômico sempre prevaleceu. Os Mabyá-Guaicuru sofreram um profundo e persistente impacto econômico e sociocultural por parte dos empreendimentos de expansão territorial dos domínios portugueses. Só restou ao grupo procurar novas áreas de refúgio, sempre enfrentado os objetivos de expansão de riquezas por parte da Coroa portuguesa. Várias medidas administrativas e jurídicas foram tomadas para que se consolidasse essa política. Com Tratado de Limites tentavam acabar com os conflitos abertos entre espanhóis e portugueses, mas tornaram-se ineficientes. Nesse processo todo se encontrava os índios, emaranhados nesse conflito entre portugueses e espanhóis.

Durante o reinado de D. José I, a política de colonização pombalina, em meio aos conflitos territoriais ainda não decididos entre Espanha e Portugal, tinha como objetivo avançar sobre o norte e oeste do Brasil. A capitania de Mato Grosso, criada em 1748, foi considerada “a chave e a defesa” do interior do Brasil¹⁸.

17 A análise histórica evidencia-se importante nesse caso, pois assim como alertou João Pacheco de Oliveira, é impossível *supor que os índios (tal como falamos hoje) sempre existiram. Um notável historiador da ciência, George Stocking Jr., chamou isto de o “vício do presentismo”: descrever os fatos e idéias do passado com os olhos do presente, tomando o que nos é familiar e natural como contemporâneos aos fatos relatados do passado.* In: OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio de antropologia histórica.* Op. Cit. p. 105.

18 BETHELL, Leslie. *História da América Latina Colonial I.* Trad. Maria Clara Cescato. Vol. 1, São Paulo: EDUSP, 1997. p. 483

Na metade do século XVIII, admitia-se que Portugal necessitava da riqueza do Brasil para sustentar-se, tamanha a importância que a colônia passou a ter para a economia portuguesa¹⁹. Foi no século XVIII que se iniciou um período de grandes perdas para os Mbayá-Guaicuru, quando se processou o encontro e confronto com os luso-brasileiros na Capitania de Mato Grosso e com os espanhóis na fronteira do rio Paraguai, Pantanal²⁰, zona de litígio fronteiriço, tornou-se mais intensa.

Em vários momentos do século XVIII foi possível perceber a imbricação da ação tanto da política indigenista, representada pelo Estado, para conquistar os índios, quanto da indígena, representada pelo próprio grupo, que procurava dar respostas e reagir diante da política da Coroa portuguesa.

Os Mbayá-Guaicuru nos encontros e confrontos com os ibéricos interagiram dentro de um campo de possibilidades e circunstâncias históricas específicas. Se nos séculos XVI e XVII, obtiveram certa vantagem nos encontros e confrontos, no século XVIII, devido às circunstâncias históricas em curso, passaram a “sucumbir” diante da política de conquista e colonização ibérica. Mas isto não quer dizer que mesmo não obtendo vantagem nessa interação, deixaram de ser sujeitos diretos do processo histórico em curso.

Os Mbayá-Guaicuru interagiram conforme seus interesses, agindo e reagindo de acordo com as circunstâncias históricas (campo de possibilidades) e de acordo com suas próprias características socioculturais ao processo de conquista e colonização ibérica.

19 Idem. p. 477-8

20 A colonização do Pantanal (área inundável da bacia do rio Paraguai) localizada no sul de Mato Grosso do Sul, segundo Maria Fátima da Costa foi incipiente e descontínua. Nos séculos XVI e XVII essa região foi ocupada pelos espanhóis com o Puerto de los Reyes e pelas missões de Itatim. Puerto de los Reyes acabou sendo abandonada pelos espanhóis e Itatim foi destruída pelos bandeirantes. A região no século XVIII foi ocupada pelos Mbayá-Guaicuru. Devido à singularidade do ambiente, com sua evanescente geografia, permitiu que, durante muito tempo, o sistema pantaneiro continuasse sendo ocupado quase que exclusivamente por nações indígenas. In: COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999. p. 29-30

Em alguns momentos os Mbayá-Guaicuru conseguiram impor-se diante da política ibérica, quando as circunstâncias estavam desfavorecidas tentavam obter vantagem, às vezes conseguindo, outras vezes não. Cada grupo indígena respondeu ao processo de conquista e colonização à sua maneira, conforme as características socioculturais. Os Mbayá-Guaicuru fizeram parte dos grupos indígenas que manifestaram uma ação-resposta hostil diante da política de conquista e colonização ibérica principalmente no período em que Mato Grosso era Capitania do reino português.

No caso dos Mbayá-Guaicuru, acredito que não houve nenhum processo de dominação cultural, e nem o grupo sofreu uma espécie de aculturação ibérica. A apropriação de elementos da cultura ibérica pelo grupo somente ocorreu quando convinha ao grupo e mesmo assim houve uma espécie de readaptação desses elementos pelo grupo. A ação do grupo dependia da sua organização sociocultural e das circunstâncias históricas em que se encontravam. Se de um lado, tínhamos a política indigenista ibérica tentando impor-se ao grupo, do outro lado, tínhamos a própria política indígena Mbayá-Guaicuru tentando dar respostas próprias à política de conquista e colonização ibérica.

Embora a História seja encarada como uma ciência do passado é impossível desvencilhá-la de questões que estão sendo discutidas no presente. A história dos Mbayá-Guaicuru ainda possui lacunas, é uma história controvertida, circunscrita por fatos heróicos, por mitos de bravura e de superioridade frente aos seus inimigos (brancos e índios). Fruto de uma preocupação contemporânea em recuperar parte da história dos povos indígenas. O historiador Fernand Braudel já afirma que: *A História é uma dialética da duração; por ela, graças a ela, é o estudo do social, de todo o social e, portanto, do passado; e por isso também do presente*²¹.

Essas reflexões iniciais são importantes para entender o que penso sobre o estudo da questão indígena. Não pretendo

21 BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. São Paulo : Martins Fontes, 1976. p. 133

entrar profundamente em discussões de cunho antropológico e nem utilizar como parâmetro teórico o relativismo cultural de autores como Clifford Geertz ou Lévi-Strauss.

Ao consultar as pesquisas feitas em relação à história dos Mbayá-Guaicuru percebi que as discussões tendem a circular em torno de questões meramente culturais. O que não deixa de ser imprescindível para o estudo da questão indígena. No entanto, minha pesquisa está mais relacionada, no sentido de verificar, qual a importância e a influência do Tratado de Paz de 1791 na história desses índios. Já que antes do Tratado o grupo era conhecido como o *perigo guaicuru* e possuía certa hegemonia política sobre a região sul da Capitania de Mato Grosso, era um inimigo comum do Estado espanhol e português e os relatos escritos oficiais não cansavam de denunciar a sua ação guerreira e a dificuldade em conter seus ataques. Mas depois de 1791 as coisas parecem aos poucos tomar outros rumos, o grupo tornou-se aliado/amigo do Estado português e os relatos oficiais passaram a elogiar a ação guerreira do grupo frente a um velho inimigo os espanhóis. Essa aliança foi uma estratégia política importante para que Portugal tivesse êxito na delimitação da fronteira no sul da Capitania de Mato Grosso.

Foi necessário fazer uma leitura de cunho antropológico para compreender quem é o grupo indígena estudado. Foi também necessário buscar um pouco da história desses índios em séculos anteriores, XVI e XVII, para entender o porquê do processo de mudança da política luso-brasileira em relação ao grupo. Os espanhóis tiveram uma participação fundamental na mudança política estratégica luso-brasileira sobre o grupo.

Uma das pesquisas mais recentes em relação à história do grupo Mbayá-Guaicuru foi produzida pela historiadora Ana Lucia Herberts em *Os Mbayá-Guaicuru: área, assentamento, subsistência e cultura material*. Ao todo são seis capítulos discutindo respectivamente as fontes de pesquisa e a história dos Mbayá-Guaicuru: no qual se inserem o panorama geral, o *habitat*, a organização do espaço, a subsistência e a cultura material do grupo. Além de Herberts, merecem destaque os estudos dos antropólogos Darcy Ribeiro, Claude Lévi-Strauss, Branislava Susnik,

Jaime Garcia Siqueira Júnior, Maria Eunice Jardim Schuch, Adelina Pusineri, Edgard de Assis Carvalho e outros.

Para pesquisar sobre os Mbayá-Guaicuru, esses antropólogos utilizaram os dados etnográficos deixados nos relatos escritos entre os séculos XVI e XIX. Na mesma medida, tal produção antropológica tornou-se fonte imprescindível à pesquisa do historiador.

Dentre os antropólogos citados, Susnik destaca-se como uma das maiores autoridades que tratam das populações do Alto Paraguai²², do ponto de vista etno-histórico. Realizou suas pesquisas a partir de fontes disponíveis do Museu Etnográfico Andres Barbero em Assunção no Paraguai.

Herberts, afirma que o trabalho de Susnik não é de cunho etno-arquelógico, mas, sim, etno-histórico, uma vez que utiliza exclusivamente fontes documentais escritas, *visando abordar elementos materiais que venham a auxiliar e/ou complementar pesquisas arqueológicas*²³.

Os estudos em torno do grupo dos Mbayá-Guaicuru, denominados Mbayá ou Guaicuru ou ainda de Índios Cavaleiros, que dizem respeito ao mesmo grupo indígena, valeu-se de informações colhidas nos relatos escritos entre os séculos XVI e XIX sobre: a arte, a prática militar, a localização, a cultura material, o comportamento, o hábito alimentar, a habitação e a religião. No século XX, os antropólogos colheram informações a respeito dos remanescentes do grupo quais sejam, os Caduveo.

Os cientistas, que estudaram o período, eram quase todos unânimes em afirmar o iminente desaparecimento dos povos indígenas existentes no Brasil. Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro foram visitar os Caduveo e lastimaram pelo “estado lamentável” em que se encontrava esse grupo. A visita de Ribeiro em 1947-48, às aldeias do Posto Indígena Presidente Alves de Barros e ao Posto Indígena de Lalima - parte de um programa de pesquisas da Seção

22 Região que se estende de Cáceres às nascentes. MELLO, Raul Silveira de. História do Forte de Coimbra. 1o volume, I, II, III, IV e V Períodos (1500 a 1718), Rio de Janeiro: SMG Imprensa do Exército, 1958. p. 10

23 HERBERTS, Ana Lucia. *Os Mbayá-Guaicuru: área, assentamento, subsistência e cultura material*. São Leopoldo/RS, 1998. 345p. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS/RS. p. 5

de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios - evidenciou sua preocupação em relação à diminuição acelerada da população Mbayá que ocorria desde o contato com os brancos. Nesse sentido, salientou Ribeiro:

Desde então (os Caduveo) vêm se reduzindo, hoje resta um só grupo, despojado de seus rebanhos, impedido de fazer a guerra e tendo de acomodar-se às normas de vida aprovadas pelos seus vizinhos brasileiros. Quando visitamos em 1947 perfaziam 235 pessoas distribuídas em três aldeias, nas terras que lhes foram reservadas pelo Governo entre a Serra da Bodoquena e os rios Aquidavão (sic.), Neutaka, Nabileque e Paraguai, ao sul do Pantanal mato-grossense²⁴.

Foi principalmente em meados do século XX que a antropologia brasileira, acreditou na tese do desaparecimento dos povos indígenas. A respeito do problema John M. Monteiro faz o seguinte comentário:

... as frentes de expansão forneciam um roteiro em que se repetia a história das destruição e “transfiguração” das etnias indígenas, ao passo que a perspectiva teórica da aculturação propunha um outro caminho para o mesmo desfecho fatal²⁵.

Mas a resposta foi inversa, e no final do século XX o número de índios aumentou significativamente em muitas aldeias espalhadas pelo território brasileiro. Os Caduveo, por exemplo, que no início do século XX, perfaziam em torno de 235 pessoas, em 1989, somavam uma população de 1.070 pessoas, entre aqueles que habitavam as fazendas da reserva e aqueles que ainda encontravam-se nas quatro aldeias²⁶. Embora houvesse todo esse aumento da população, os problemas sócio-econômicos ainda fazem parte do cotidiano desses índios.

24 RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 17.

25 MONTEIRO, John M. *O desafio da História indígena no Brasil*. Op. cit. p. 222

26 SIQUEIRA Jr., Jaime Garcia. *A iconografia Kadiweu atual*. In: VIDAL, Lux (Organizadora). *Grafismo Indígena. Estudos de Antropologia Estética*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, edusp, 1992. p. 277

Este fenômeno confirma, segundo Monteiro, a principal voz *discordante* da tese do desaparecimento, pois, os próprios índios conquistaram espaço político e, ao contrário do que se pensava, não desapareceram. Os números demonstraram um crescimento da população indígena. Houve proliferação de organizações indígenas e indigenistas no Brasil desvinculadas do Estado. Como consequência dessas conquistas, e sendo ele mais uma, viria o reconhecimento na instância estatal, por meio da Constituição de 1988, dos direitos históricos dos povos indígenas. No meio acadêmico, com o diálogo entre a antropologia e a história, os povos nativos estão sendo concebidos como sujeitos da história, mesmo diante dos desafios do contato e da dominação. Com isso, criou-se para a antropologia e a historiografia espaço para novas visões e perspectivas teórico-metodológicas²⁷.

O grupo já vem lutando contra o seu desaparecimento desde o século XVI e, por lutar contra a política de conquista e colonização dos povos ibéricos, tornou-se o Perigo Guaicuru, conforme alertavam os relatos escritos do período colonial.

Os espanhóis concebiam o Chaco, região habitada pelo grupo, como um caminho necessário para chegar ao Peru, local onde encontrariam muito ouro e prata. Várias expedições espanholas começaram a se deslocar pelo Chaco, iniciando, por consequência, os primeiros enfrentamentos contra os Guaicuru. É a partir daí que o grupo vai ser destacado pelos relatos escritos como o conjunto de índios *perigosos, cruéis, indomáveis, ferozes, traiçoeiros, inimigos* dos brancos.

A invasão espanhola, durante o século XVI e XVII, interferiu e modificou substancialmente a estrutura organizacional de todos os grupos indígenas que viviam na região do Chaco. Enquanto isso, no Brasil, durante os séculos XVI e XVII, os portugueses eram os principais responsáveis pela escravização e dizimação dos povos indígenas.

Pressionados pelos espanhóis, os Mbayá-Guaicuru, no final do século XVII, começaram paulatinamente a deslocar-se para a

27 MONTEIRO, John M. *O desafio da História indígena no Brasil*. Op. cit. p. 223-6

região sul do pantanal mato-grossense, entre os rios Apa e Miranda. Até o século XVII a voz *discordante* do grupo imperou e sustentou-se, mas, no século XVIII, cercado e tendo que enfrentar as expedições punitivas espanholas e portuguesas, começou a perder o seu poder hegemônico.

Após a descoberta do ouro e a criação da Capitania de Mato Grosso, os Mbayá-Guaicuru realizaram uma aliança (Tratado de Paz de 1791) com os luso-brasileiros, desse modo, o grupo passou a ser policiado constantemente pela política de conquista e colonização do Estado português. O aldeamento do grupo foi uma proposta dos governos da Capitania. A situação tornou-se muito difícil para o grupo e o declínio do seu poder hegemônico foi inevitável. Mesmo assim, o grupo conseguiu sobreviver e realizou muitos ataques incursionista pela região.

REFERÊNCIAS

BETHELL, Leslie. *História da América Latina Colonial I*. Trad. Maria Clara Cescato. Vol. 1, São Paulo : EDUSP, 1997.

BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

CAMPOS, Maria José. Silvio Romero: mito e história no pensamento social brasileiro. In: CARVALHO, Edgar de Assis. *As alternativas dos vencidos: índios Terena no Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

FONTANA, Josep. *Reflexões sobre a História, do além do fim da história*. In: História: análise do passado e projeto social. São Paulo: EDUSC, 1998.

HERBERTS, Ana Lucia. *Os Mbayá-Guaicuru: área, assentamento, subsistência e cultura material*. São Leopoldo/RS, 1998. 345p. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS/RS.

MELLO, Raul Silveira de. *História do Forte de Coimbra*. 1º volume, I, II, III, IV e V Períodos (1500 a 1718), Rio de Janeiro: SMG Imprensa do Exército, 1958.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, J.

NORA, P. (org). *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

MONTEIRO, John M. O desafio da História indígena no Brasil. In: SILVA, A. L. GRUPIONI, LDB. (org). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MAR/UNESCO, 1995.

NETO, Edgar Ferreira. História e etnia. In: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios da teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaio de antropologia histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. *Petrópolis: Vozes, 1980*.

SCHUCH, Maria E Jardim. Xaray e Chané: índios frente a expansão espanhola e portuguesa no Alto-Paraguai. São Leopoldo/RS, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – UNISINOS/RS.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz; GOMES, Nilma Lino. *Antropologia e História : debates em região de fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SIQUEIRA Jr., Jaime Garcia. A iconografia Kadiweu atual. In: VIDAL, Lux (Organizadora). *Grafismo Indígena. Estudos de Antropologia Estética*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, edusp, 1992.

SUSNIK, Branislava. *El índio colonial del Paraguay: el Guaraní colonial*. Asuncion: Museo Etnográfico Andres Barbero, 1965.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1999.

VILAR, Pierre. História e representação. In: D’ALESSIO, Márcia M. *Reflexões sobre o saber histórico: Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Unesp, 1998.